

FHC condena governadores que criticam Fundef

Para presidente, representantes dos Estados deveriam olhar para o povo

SÔNIA CRISTINA SILVA
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso criticou ontem os governadores que se consideram finan-

ceiramente prejudicados por causa do efeito redistributivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). “Sei que muitos governadores recla-

mam”, disse o presidente, durante a divulgação do balanço do primeiro ano do fundo. “Mas é porque estão vendo apenas um setor da administração.”

Segundo Fernando Henrique, se os governadores “olhassem para o

povo, veriam que o povo está ganhando” com o Fundef. O presidente afirmou, ainda, que não faltarão recursos para o fundo, apesar de 1999 ser “um ano difícil”.

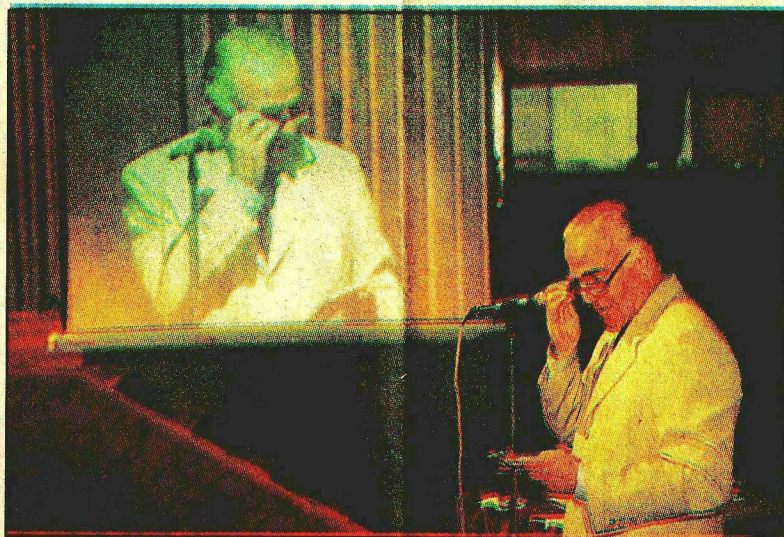
Os exemplos de benefícios para a sociedade, conforme o presidente, são eloqüentes. “Mesmo no Rio de Janeiro ou no Maranhão, onde os Estados ‘perdem’, o povo ganha”, disse o presidente. “A gente não governa para a União, ou para os Estados ou para o mu-

nicípio”, argumentou. “A gente governa para o povo; temos de olhar se o povo está ganhando.” Considerar quem está “ganhando” com o fundo, segundo Fernando Henrique, é “burocrático ou é político, é

mesquinho”.

O governador do Rio, Anthony Garotinho, já entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar o mecanismo de financiamento do ensino fundamental criado pelo governo federal. O Fundef

**QUEM
TEM MAIOR N.º
DE ALUNOS
GANHA MAIS**



Paulo Renato: “A distribuição do dinheiro é feita dentro do Estado”

é constituído de parte das receitas de Estados e municípios. Os recursos são centralizados em fundos estaduais. Em cada Estado, o dinheiro é redistribuído proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Quem tem mais aluno ganha mais. O Rio de Janeiro, por exemplo, deverá transferir, este ano, R\$ 378 milhões para seus municípios porque o

ensino fundamental é descentralizado naquele Estado.

A maioria dos Estados, na verdade, transfere dinheiro para seus municípios. O governo federal só participa do Fundef quando a soma da receita do Estado e do seu município não permite alcançar o valor mínimo de investimento por aluno, que, neste ano, é de R\$ 315,00.

“O Estado nunca perde dinhei-

ro”, disse o ministro Paulo Renato, no Palácio do Planalto. “A distribuição do dinheiro é feita dentro do próprio Estado e o que há é uma justiça na distribuição”, disse. O presidente afirmou que “os mais ricos jamais se contentam ou gostam de perder recursos para os mais pobres”. Mas, segundo Fernando Henrique, “se se quer, realmente, buscar a equidade, é preciso fazer isso”. O ideal, conforme o presidente, seria que ninguém “perdesse” recursos. “Mas o ideal não é a realidade; na realidade brasileira, é preciso que haja o que o Fundef fez.”

Para Fernando Henrique o Fundef é o “esteio” da “revolução silenciosa” na educação. “Essa revolução começa a fazer barulho”, disse ele, lembrando que o balanço indica o crescimento das matrículas, com o acesso de 96% das crianças de 7 a 14 anos à escola. No fim dos dez anos de programação do Fundef, segundo o presidente, o Brasil será outro na área da educação fundamental. Para o presidente, é um alento saber que o Fundef beneficiou principalmente as regiões mais pobres, como o Nordeste, e causou impacto nos salários dos professores.

Wilson Pedrosa/JAE